



ACÓRDÃO Nº413/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11932/2015.

Apenso: Processo nº 11501/2016, 12757/2015.

2- Assunto: Representação.

3- Representante: Ministério Público de Contas.

4- Representado: Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

5- Advogado: Não Possui.

6- Unidade Técnica: DICETI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1215/2020-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Representação.

Multa. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Aplicar multa ao Sr. Antônio Peixoto de Oliveira**, Prefeito Municipal de Itacoatiara, à época, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), por ter descumprido injustificadamente à determinação contida na Notificação nº. 18/2017-DIATI (fls. 124) e na Decisão nº 174/2016- TCE-Tribunal Pleno, quanto à remessa de informações em face do apontado na presente Representação, por descumprimento à Lei Complementar nº 131/2009, com fundamento no art. 54, inciso II, “a”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pelo Lei nº 204/2020-TCE/AM c/c o art. 308, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 04/2018- TCE/AM e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na



ACÓRDÃO Nº413/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 9.2. Determinar a reiteração do prazo de 60 (sessenta) dias** à Prefeitura de Itacoatiara para que corrija as omissões no sítio eletrônico, com as disponibilizações de todas as informações relevantes em matéria financeira e orçamentária do Município, em cumprimento à Lei Complementar nº 131/2009, sob pena da sanção prevista no art. 23, §3º, inciso I, da LRF, de acordo com o estabelecido no art. 73, “c”, da LRF, que foi acrescido pelo art. 2º, da LC nº 131/2009.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de março de 2023.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

Y MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente, em sessão

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral